

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE FRANCA**Comunicado**

A Diretora Regional de Ensino comunica a abertura do processo designatório de Professor Coordenador de Ensino Fundamental Anos Iniciais, de que trata a Resolução SE 75/2014 alterada pela Resolução SE 65/2016, e pela Resolução SE 06, de 20-01-2017, nas seguinte Unidade Escolar:

1. E.E. Benedito Eufrásio Marcondes Vieira: 01 vaga de PC para o Ensino Fundamental Anos Iniciais.

O processo para designação de Professor Coordenador dar-se-á na seguinte conformidade:

1. Dias 19-10-2017: Entrega das propostas nas escolas, para análise.

2. Dias 20 outubro de 2017: Entrevista (agendar horário com a Direção da Unidade Escolar).

3. Dia 23-10-2017: Divulgação do resultado.

4. A partir 23-10-2017: Entrega da documentação ao setor de pagamento para designação.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE ITU**Comunicado****Abertura de Inscrição**

Processo Seletivo Simplificado Regional para contratação de Agente de Organização Escolar/2017.

A Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado - CE - CTD da Diretoria de Ensino - Região de Itu, com fundamento no inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual/1989, no inciso II do artigo 1º da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, regulamentada pelo Decreto 54.682, de 13-08-2009, e de acordo com a Autorização Governamental publicada no Diário Oficial de 07-10-2017, torna pública a abertura do Processo Seletivo Simplificado de Prova e Títulos, a ser realizado em nível Regional, em caráter excepcional, para contratação temporária de servidores para exercerem, em jornada completa de trabalho, a função de Agente de Organização Escolar, do Quadro de Apoio Escolar da Secretaria da Educação.

A Comissão Especial responsável pela coordenação e andamento do presente Processo Seletivo encontra-se constituída pela Portaria do Dirigente Regional de Ensino de Itu, de 18-10-2017, publicada no D.O. de 19-10-2017.

INSTRUÇÕES ESPECIAIS**I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1 - A contratação ocorrerá pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, improrrogável, podendo o contratado ser dispensado antes do prazo final, a critério da Administração.

2 - Os servidores serão contratados nos termos da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009, regulamentada pelo Decreto 54.682, de 13-08-2009, e, de acordo com a Lei Complementar 1.010, de 01-06-2007, estarão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS e serão contribuintes do INSS.

3 - O prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, improrrogável, contado a partir da data da publicação da Classificação Final, no Diário Oficial do Estado.

4 - Do total de vagas do Processo Seletivo Simplificado a serem publicadas, ficarão reservadas 5%, para candidatos portadores de deficiência, nos termos da Lei Complementar 683, de 18-09-1992, alterada pela Lei Complementar 932, de 8 de novembro de 2002.

II - DOS PRÉ-REQUISITOS

1 - O candidato, sob as penas da lei, assume cumprir as exigências abaixo discriminadas, na data do exercício, em atendimento à Lei 10.261, de 28-10-1968, e suas alterações:

a - ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal/88;

b - ter, na data da contratação, idade mínima de 18 (dez) anos completos;

c - estar quite com a Justiça Eleitoral;

d - quando do sexo masculino, estar em dia com as obrigações do serviço militar;

e - ter concluído Ensino Médio;

f - não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício de seus direitos cívicos e políticos;

g - ter sido aprovado no processo seletivo;

h - ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função;

i - conhecer as exigências contidas neste edital e estar de acordo com elas.

2 - A apresentação de todos os documentos comprobatórios das condições exigidas no item anterior será realizada ocasião do exercício.

3 - A não apresentação dos documentos ou não comprovação da respectiva autenticidade, conforme solicitado, impossibilitará o exercício do candidato.

III - DOS VENCIMENTOS E DA JORNADA DE TRABALHO

1 - Os vencimentos da classe de Agente de Organização Escolar correspondem ao valor de **R\$ 1.104,00**.

2 - A jornada de trabalho, a que ficarão sujeitos os contratados, caracteriza-se pela prestação de 40 (quarenta) horas semanais.

3 - O Processo Seletivo Regional não gera, para a Diretoria de Ensino Região de Itu, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados. A participação do candidato prevê apenas, a expectativa de direito à preferência na contratação, de acordo com a classificação obtida e as vagas disponíveis. A Diretoria de Ensino Região de Itu reserva-se ao direito de proceder às contratações dos candidatos, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço.

IV - DAS ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DA FUNÇÃO

De acordo com o disposto no inciso I, artigo 2º da Resolução SE 52, de 9-8-2011, são atribuições do Agente de Organização Escolar: desenvolver atividades no âmbito da organização escolar, relacionadas à execução de ações envolvendo a secretaria escolar, bem como o atendimento à comunidade escolar em geral, controlar a movimentação de alunos no recinto da escola, em suas imediações e na entrada e saída da unidade escolar, orientando-os quanto às normas de comportamento, informando à Direção da Escola sobre a conduta deles e comunicando ocorrências.

V - DAS INSCRIÇÕES

1 - A inscrição será realizada, no período de 23/10 a 14-11-2017, na Diretoria de Ensino Região de Itu e nos Postos de Inscrição nas Escolas Estaduais, abaixo relacionadas, estando o candidato isento do pagamento de qualquer taxa.

Postos de Inscrição - Endereço

Diretoria de Ensino Região de Itu: Praça Almeida Júnior, 10 - Vila Nova - Itu/SP

EE Prof. Anthenor Fruet: Rua Estados Unidos, s/n - Cidade Nova - Itu/SP

EE Profª Rosa Maria M. M. Freire: Rua Alice Duarte Guiguer, 65 - Jd. União - Itu/SP

EE Prof. João Antonio Motta Navarro - Avenida Emílio Felix Tortosa, 440 - B. Potiguara - Itu/SP

EE Alf. Mário Pedro Vercellino: Av. Alexandrina B. Vercellino, 361 - Centro - Boituva/SP

EE Prof. Antônio Odilon Franceschini: Rua Canadá, 361 - Vilarejo - Cabreúva/SP

EE Ana Mesquita Laurini: Rua Renato Niderauer Zanchi, s/n - Bonfim - Cabreúva/SP

EE Eugênia Ferrazzei Nunes: Rua Esmeralda, 60 - Colina da Serra I - Cabreúva/SP

EE Monsenhor Heládio Correa Laurini: Rua das Palmeiras, 940 - Pinhal - Cabreúva/SP

EE Lucídio Motta Navarro: Av. Marciano Xavier de Oliveira, 107 - Centro - Cabreúva/SP
 EE Capitão Vítorio Togni: Estrada Oitava do Jacaré - Bairro Jacaré - Cabreúva/SP
 EE Pres. Arthur da Silva Bernardes: Av. Washington Luiz, 478 - Centro - Cerqueirinho/SP
 EE Dr. Gaspar Ricardo Júnior: Rua Santo Antonio, 186 - Centro - Iperó/SP
 EE Estação George Oetterer: Avenida Augusta s/n - George Oetterer - Iperó/SP
 EE Prof. Jefferson Soares de Souza: Rua Manoel Novaes, 1279 - Centro - Jumirim/SP
 EE Monsenhor Seckler: Av. Monsenhor Seckler, 59 - Centro - Porto Feliz/SP
 EE Tancredo do Amaral: Avenida D. Pedro II, 170, Centro, Salto/SP
 EE Irmã Maria Nazarena Corrêa: Rua São Tiago, 82 - Jd. São Judas Tadeu - Salto/SP
 EE Profª Leonor Fernandes da Silva: Rua Rio Branco, 1453 - Vila Teixeira - Salto/SP
 EE Maria de Lourdes M. Costella: Av. Princesa Isabel, 1580 - Jd. Santa Cruz - Salto/SP
 EE Plínio Rodrigues de Moraes: Rua do Comércio, 373 - Centro - Tietê/SP

2 - A efetivação da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da Ficha de Inscrição, dentro do prazo estipulado e apresentação dos seguintes documentos:

2.1 - Documentos Pessoais: RG e CPF (originais e cópias)

2.2 - Histórico Escolar de Conclusão do Ensino Médio ou equivalente, reconhecido pela Secretaria da Educação (original e cópia)

3 - Para fins de análise de títulos, se for o caso, os seguintes documentos:

3.1 - Tempo de experiência na área administrativa, em unidade escolar, voltado para as atividades relacionadas ao Inciso IV, deste Edital, com data base de 31-08-2017 (vide itens 3, 4 e 5, do Inciso X, deste Edital).

3.2 - Declaração de Tempo de Serviço na rede estadual de ensino, na função de Agente de Organização Escolar, deverá ser assinada pelo Diretor de Escola (somente original).

3.3 - Certidão Pública e/ou registro em Carteira Profissional e/ou Declaração de Experiência em papel timbrado emitida pelo Setor de Pessoal ou Órgão de Recursos Humanos, legalmente habilitados, de Instituição Pública/Privada (vide itens 3, 4 e 5, do Inciso X, deste Edital).

3.4 - Certidão de nascimento de filhos menores, para critério de desempenho (original e cópia).

4 - Além dos dados pessoais, o candidato deverá fornecer, obrigatoriamente, e-mail pessoal a ser utilizado para recebimento de informações sobre as etapas do Processo Seletivo.

5 - No ato da inscrição, o candidato declara que comprovará, na data de exercício da função, o preenchimento dos requisitos e condições para o exercício da função, previstos no Inciso II, deste Edital.

6 - As informações prestadas na Ficha de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

7 - Ao realizar a inscrição, o candidato poderá optar por 1 (um) Município vinculado à respectiva Diretoria de Ensino, indicando sua preferência para a escolha de vaga.

8 - A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas nestas Instruções Especiais, às quais não poderá alegar desconhecimento.

VI - DA INSCRIÇÃO DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

1 - As pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo Decreto Estadual 59.591/2013 e pela Lei Complementar Estadual 683/92, alterada pela Lei Complementar Estadual 932/02, nos termos do Capítulo VIII do artigo 37 da Constituição Federal/88 e da Lei Federal 7.853/89 é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência de que é portador, seja compatível com as atribuições da função de Agente de Organização Escolar.

2 - Em cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto Estadual 59.591/13 e no artigo 1º da Lei Complementar Estadual 683/92, alterada pela Lei Complementar 932/02, será reservado o percentual de 5% das vagas existentes, no prazo de validade do Processo Seletivo.

3 - Para fins deste processo seletivo, consideram-se pessoas com deficiência, aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1º do Decreto 59.591/2013.

4 - O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência deverá entregar, durante o período de inscrições, laudo médico (original ou fotocópia autenticada), expedido no prazo máximo de 2 (dois) anos antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, da que é portador, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID.

4.1 - No laudo médico, de que trata este item deverão constar:

a) assinatura e carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão;

b) nome completo do candidato, número do documento de identidade (RG) e número do CPF.

c) deverá constar, também, no relatório médico que a deficiência do candidato é compatível com as atribuições da função-atividade de Agente de Organização Escolar.

4.2 - O laudo médico deverá estar legível, sob pena de não ser considerado.

4.3 - O laudo médico não será devolvido.

4.4 - O candidato que, dentro do prazo do período das inscrições, não atender aos dispositivos mencionados no item 4 deste Inciso, não será considerado com deficiência.

VII - DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1 - Somente poderão ser admitidos os estrangeiros que preencham os requisitos para naturalização, e os estrangeiros de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade.

2 - Para inscrição no processo seletivo, será exigido dos candidatos estrangeiros o documento oficial de identificação (Registro Nacional de Estrangeiro - RNE).

2.1 - Concedida a naturalização ou obtidos os benefícios do Estatuto da Igualdade, para assumir o exercício da função, deverá o candidato apresentar o documento de identidade, de modelo igual aos brasileiros natos, com as anotações pertinentes.

3. O estrangeiro que:

3.1 Se enquadra na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), deve comprovar, no momento da contratação, o deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente;

3.2 Se enquadra na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), deve comprovar, no momento da contratação, o preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruirão;

3.3 Tem nacionalidade portuguesa, deve comprovar, no momento da contratação, o preenchimento dos requisitos do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos cívicos (Decreto 3.297, de 19-09-2001), mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruirão.

VIII - PROVA

1 - A Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, é composta de 40 (quarenta) questões objetivas, de acordo com o Conteúdo Programático constante deste Edital.

2 - A prova será aplicada na data provável de 10-12-2017, com duração, horário e locais determinados em Edital de Convocação para a Prova a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias de sua realização.

3 - O candidato deverá comparecer ao local determinado para a prova, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido para o seu início, não sendo admitidos retardatários, sob pretexto algum, após o fechamento dos portões.

4 - O candidato somente poderá retirar-se da sala do local da prova, após transcorridos o tempo de 50% da realização da prova.

5 - Somente será admitido ao local da prova, o candidato que estiver munido de um dos documentos de identificação abaixo descritos, em via original, com foto:

a) Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Corpo de Bombeiros Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força da Lei Federal valam como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Passaporte; bem como Carteira Nacional de Habilidaçao (com fotografia, na forma da Lei 9.503/97);